

**Mídia Cristã e Ditadura Civil-Militar:  
Memória dos Silenciamentos no Jornal *Expositor Cristão* da Igreja Metodista<sup>1</sup>**

Marcelo Moreira RAMIRO<sup>2</sup>

**RESUMO**

Esta pesquisa tem por objetivo investigar qual foi o papel do jornal *Expositor Cristão* frente ao posicionamento político da Igreja Metodista durante a ditadura civil-militar brasileira. Para isso serão identificados os ditos e os não-ditos em matérias publicadas pelo veículo. Serão relacionados os sentidos por trás do silêncio às constatações pela Comissão Nacional da Verdade sobre as violações de direitos humanos envolvendo metodistas. O referencial teórico buscará o diálogo entre os estudos sobre mídias cristãs no Brasil com conceitos sobre memória e silenciamento. O trajeto para o alcance do objetivo tomará por base metodológica a pesquisa bibliográfica, documental e a Análise do Discurso da Escola Francesa, tendo como corpus o referido jornal em edições publicadas em 1968.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória; Ditadura Civil-Militar; Silenciamento, Religião.

**INTRODUÇÃO**

A década de sessenta foi marcada por transformações sociais, políticas e culturais no Brasil e no mundo. Destaque para os movimentos da juventude com novos ideais, levando ao auge o que ficou conhecido como contracultura. Neste período, o movimento estudantil brasileiro, por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE), se

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na XI Conferência Brasileira de Comunicação Eclesial (Eclesiocom), realizada em Engenheiro Coelho, SP, 18/8/2016.

<sup>2</sup> Jornalista, teólogo e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, e-mail: marcelomramiro@gmail.com

fortaleceu e influenciou outras esferas da sociedade, entre elas a religião. Uma série de transformações acontecia em consequência do binarismo – conservador e progressista.

Nos Estados Unidos, Robert Kennedy e Martin Luther King foram assassinados por causa de seus discursos contra expressões do conservadorismo. Na França, protestos e greves também questionavam a postura conservadora. Em solo brasileiro, os militares controlaram o poder a partir de 1964 com um discurso anticomunista e ultraconservador.

Neste contexto, o ano de 1968 foi emblemático. Passeata dos cem mil no Rio de Janeiro/RJ, cerca de mil estudantes presos em Ibiúna/SP, publicação do AI-5 (Ato Institucional Nº 5) que acirrou a repressão e violência, entre outros acontecimentos.

O Brasil passa a viver um momento sombrio de sua história. A violência se tornou um mecanismo recorrente de controle e imposição sob a classe artística, estudantil e qualquer outra que se posicionasse contrariamente. Foram “anos de chumbo” que se acentuaram em 1968. “Se cada época tem o seu tom, o de 68 vai ser encontrado nas ruas, em meio aos ruídos de bombas, cascos de cavalos, sirenes”, resume o Zuenir Ventura (2013, p. 155).

As religiões, particularmente as igrejas cristãs, não estavam isentas das transformações e tensões vividas na sociedade. Na Igreja Metodista brasileira, 1968 foi o ano do ápice de uma crise sem precedentes. As tensões culminaram no fechamento da Faculdade de Teologia, localizada no bairro Rudge Ramos em São Bernardo do Campo/SP (centro da formação do quadro pastoral da igreja na época), pelas autoridades da Igreja. A decisão resultou na expulsão de cerca de 70 jovens estudantes da instituição, impedindo que se tornassem pastores, escancarando as divergências políticas, teológicas e ideológicas presentes na denominação.

Em meio aos acontecimentos de tamanha proporção, é possível identificar, a partir de uma visita aos exemplares do jornal oficial da Igreja Metodista, o *Expositor Cristão*, publicados no período, que este veículo não apresenta com clareza os fatos em questão. Entretanto, os não-ditos revelam sentidos discursivos que vão além da linguagem ou propriamente do silêncio. Com base no que foi publicado no jornal, e no

que não foi, pode-se analisar o posicionamento editorial do periódico e da liderança nacional da denominação ao longo do regime de exceção.

Na época, as igrejas cristãs tinham suas produções impressas, que, em geral, demonstraram apoio ao golpe militar: *Brasil Presbiteriano* (Igreja Presbiteriana do Brasil), *O Estandarte* - Igreja Presbiteriana Independente, *O Jornal Batista* - Igreja Batista, *O Estandarte Evangélico* - Igreja Assembleia de Deus no Pará e *O Mensageiro da Paz* - Convenção Nacional das Assembleias de Deus (CUNHA, 2015, p. 187). Esta pesquisa irá se deter ao *Expositor Cristão*, periódico oficial da Igreja Metodista no Brasil.

O *Expositor Cristão* é o jornal do ramo protestante histórico<sup>3</sup> mais antigo ainda em circulação em solo brasileiro. Foi fundado em 1886 pelo missionário estadunidense John James Ranson. Ao longo dos 130 anos de história, o periódico se tornou o principal meio de informação dos metodistas, narrando fatos relevantes do país e da denominação. No entanto, em relação ao golpe civil-militar<sup>4</sup>, iniciado no Brasil em 31 de março 1964, a postura do *Expositor Cristão* pode ser considerada como de silenciamento, pelo menos por um significativo período.

Esta afirmação pode ser feita levando em consideração as recentes pesquisas sobre o período da ditadura civil-militar. Levantamentos como o relatório da Comissão Nacional da Verdade<sup>5</sup> apresentam fatos que envolveram diretamente metodistas e que foram silenciados pelo periódico, como se verá a seguir.

## 1. Discurso no silêncio

As narrativas e sentidos geradores da memória histórica estão acompanhados de ideologia e influência de forças hegemônicas. São filtros criados e manipulados para

---

<sup>3</sup> O protestantismo histórico compreende igrejas advindas da Reforma Protestante (século XVI), e suas ramificações: presbiterianos, metodistas, anglicanos, episcopais, luteranos e batistas são os principais grupos. O protestantismo histórico veio para o Brasil no século XIX, trazido por imigrantes alemães e suíços (luteranos), e por missionários presbiterianos, metodistas e batistas.

<sup>4</sup> Pesquisas recentes, como o relatório da Comissão Nacional da Verdade, reforçam a afirmação de que a ditadura não foi militar, mas resultou de uma conjugação de forças conservadoras que envolveram diferentes segmentos sociais do país (empresários, intelectuais, religiosos, jornalistas). Por isso, este trabalho referencia o período como “ditadura civil-militar”.

<sup>5</sup> O relatório final da Comissão nacional da Verdade pode ser acessado na íntegra pelo site: <http://www.cnv.gov.br>.

interferir na forma como um determinado fato é compreendido socialmente, bem como suas repercussões.

Por este motivo as narrativas possuem grande importância no processo de formação da memória e identidade de um povo ou grupo social. São alvo de manipulações como estratégia de esquecimento. Ricoeur (2007, p.455) define este procedimento como uma forma de configuração da memória e como uma ação ardilosa de esquecimento.

As estratégias de esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela. [...] o perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta celebrada, comemorada – da história oficial (RICOEUR, 2007, p. 455).

A Comissão Nacional da Verdade (2014, p.962) divulgou que nos anos de chumbo da ditadura civil-militar brasileira houve uma “prática sistemática de detenções ilegais e arbitrárias e de tortura, assim como o cometimento de execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres por agentes do Estado brasileiro”. No entanto, detalhes como estes da história foram silenciados por décadas.

Pollak (1989) argumenta que os pensamentos contrários e considerados subversivos atuam no silêncio e praticamente não incomodam a ‘memória coletiva oficial’. Porém, em momentos de crise, tais percepções se fazem presentes, trazendo a disputa e a concorrência de volta ao cenário.

A ditadura civil-militar brasileira é um bom exemplo. Na década de 1960, movimentos estudantis, artísticos e outros grupos minoritários se posicionaram contra poderes dominantes e foram duramente reprimidos. Por se tratar de uma memória conflitiva, muitos foram considerados subversivos, alvos de tortura, exílios e assassinatos.

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência

que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais (POLLAK, 1989, p.4).

Cabe apontar para o *corpus* deste trabalho – a ditadura civil-militar brasileira. As memórias de pessoas torturadas e da violência que marcaram o período foram por sistematicamente silenciadas. Projetos como o *Brasil: Nunca Mais*<sup>6</sup> contribuíram para manter a memória do período, porém tiveram que ocorrer no anonimato.

Em todas estas manifestações - coletivas ou silenciadas - há sentidos discursivos que podem e devem ser analisados. Para este trabalho, as pesquisas de Michel Pêcheux<sup>7</sup> são norteadoras. Ele aponta caminhos para a análise de discurso, que trata não somente da linguagem, mas também de enunciações históricas, sociais e ideológicas. Tal abordagem possibilita a visualização de sentidos além da enunciação.

[...] o princípio dessas leituras consiste, como se sabe, em multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de “entender” a presença de não-ditos no interior do que é dito (PÊCHEUX, 2012, p. 44).

A análise leva em conta o processo dialógico sociodiscursivo para a construção de sentidos. Ampliar a abordagem para além dos aspectos linguísticos abre caminho para a construção de outros discursos tendo como referência o contexto e o lugar do debate. Pêcheux (1997, p.77) afirma que um discurso é sempre pronunciado a partir das condições de produção dadas.

Eni Orlandi (2012, p.30) explicita que há dois tipos de condições de produção de sentido em uma enunciação. A primeira, com sentido estrito, demonstra o contexto imediato e a segunda, de sentido amplo, inclui o contexto sócio-histórico e ideológico. Assim, a memória exerce um papel importante na construção do discurso.

---

<sup>6</sup> O projeto Brasil: Nunca Mais – BNM foi desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo nos anos oitenta, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns. A iniciativa teve três principais objetivos: evitar que os processos judiciais por crimes políticos fossem destruídos com o fim da ditadura militar, tal como ocorreu ao final do Estado Novo, obter informações sobre torturas praticadas pela repressão política e que sua divulgação cumprisse um papel educativo junto à sociedade brasileira. <http://bnmdigital.mpf.mp.br>

<sup>7</sup> Michel Pêcheux, filósofo francês que deu início à Análise de Discurso na França, foi o fundador dos estudos que discutem sobre como a linguagem está materializada na ideologia e como se manifesta na linguagem, estabelecendo a relação existente no discurso entre língua/sujeito/história ou língua/ideologia.

Desta forma é possível afirmar que o dizer tem relação com o não dizer e vice-versa. Levando em consideração essa premissa, ao redor de um discurso há uma série de outros discursos a ser analisados a partir do não-dito, que recebem significados conforme a orientação contextual, a ideologia e a formação discursiva.

Na análise de discurso há outra forma de estudar o não-dito, que é por meio do silêncio. “Silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode ser sempre outro, ou ainda que aquilo que é o mais importante nunca se diz, todos esses modos [...] do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é ‘fundante’”, afirma Orlandi (2007, p.14).

O silêncio na narrativa, portanto, não esconde o discurso. Aspectos do não-dito podem ser analisados pois expressam significados e remetem a outros discursos. Considerar tais aspectos constitui-se em um caminho importante na análise de discurso, uma vez que o silêncio pode ser encontrado tanto em um discurso imposto, como em um discurso reprimido. De qualquer forma, a percepção recebe novos parâmetros e leituras na medida em que o conteúdo não-dito vai sendo desvendado.

Analisar o discurso a partir do não-dito e do silêncio, possibilita abrir novas perspectivas sobre o passado ao trazer à tona lembranças reprimidas. Gill (2002, p.255) argumenta que os analistas de discursos precisam estar atentos aos contextos sociais, políticos e culturais relacionados ao texto. “Os analistas de discurso, ao mesmo tempo em que examinam a maneira como a linguagem é empregada, devem também estar sensíveis àquilo que não é dito – aos silêncios”.

Neste sentido, Michael Pollak (1989, p.8) afirma que as fronteiras do silêncio em relação esquecimento estão em constante deslocamento. Ou seja, o vazio precedendo ou desviando a linguagem não pressupõe inexistência de sentidos, ao contrário, está repleto de significados.

## **2. Ditadura civil-militar no Expositor Cristão**

Nove dias após ao golpe civil-militar, foram instituídos os primeiros atos do novo regime que afastava o princípio da soberania popular, determinava cassação de

mandatos políticos de opositores e a abertura de inquéritos policiais contra os que se posicionassem contra o governo.

Nos primeiros 90 dias, milhares de pessoas foram presas, ocorreram as primeiras torturas e assassinatos. Até junho, tinham sido cassados os direitos políticos de 441 pessoas [...] Além disso, 2.985 funcionários públicos civis e 2.757 militares foram demitidos ou forçados à aposentadoria nesses dois primeiros meses. Também foi elaborada uma lista de 5 mil “inimigos” do regime (Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/formacao-regime-militar/> Acesso em: 26 jun.2015).

Mesmo diante de tal repercussão, a postura do Expositor Cristão foi de silenciamento. A edição de 1º de abril de 1964 foi publicada no dia seguinte ao golpe dos militares. “Como era de esperar, não houve menção ao fato, em grande medida justificada por questões operacionais e de desencontro de informações”, argumenta Vasni de Almeida (2014, p.6).

Porém, na edição seguinte, lançada em 15 de abril, também não houve posicionamento da liderança nacional da Igreja Metodista em relação ao golpe. Não há ainda menção aos acontecimentos que marcaram a história do país nas duas edições do mês seguinte. A esta altura o tema recebia notoriedade por todo o país, fazia parte dos noticiários e da mídia, já que a censura ainda não havia sido instaurada.

Sem entrar em detalhes acerca dos fatos que ocorriam, a primeira publicação do Expositor Cristão, abordando indiretamente o regime civil-militar, encontra-se na contracapa da edição do dia 1º de junho de 1964, com o seguinte título em letras maiúsculas: crise nacional. O texto, assinado pelo pastor Newton Paulo Beyer, da Igreja Metodista Central de Porto Alegre, declara aos leitores metodistas que o Brasil foi sacudido por uma crise de grandes proporções, mas que a igreja não deve tomar partido diante da situação:

Não compete à Igreja esmiuçar os acontecimentos e tomar posição, mas, sim, profeticamente exercer, junto aos homens, o juízo divino sobre a situação em geral, e, sacerdotalmente, interceder, junto a Deus, pela pátria conflagrada. Complexas foram as causas que culminaram nos últimos acontecimentos, mas, humildemente, todos – inclusive e principalmente a Igreja de Deus – devem reconhecer que têm a sua parcela de culpa nos fatos que agitaram o país (BEYER, 1964, p. 16).

Neste texto, o pastor também relata que a crise no país é resultado dos pecados cometidos e que a igreja deve exercer uma função sacerdotal, orando e intercedendo pelos culpados. “Na situação atual – quando não existem vencidos, nem vencedores – a Igreja de Deus está sendo convocada pelo Senhor e Salvador para conduzir os brasileiros ao humilde reconhecimento de seu pecado, e, concomitantemente, para interceder por eles (...)” (BEYER, 1964, p. 16).

Logo abaixo desta nota, na mesma página, o jornal publicou um outro texto, desta vez assinado pela Confederação Evangélica do Brasil, destinada ao novo presidente Castelo Branco. A nota desejava que o novo governante tivesse a assistência divina no comando do país, iluminando o caminho da reconstrução cristã-democrática. Em nome dos evangélicos, a carta também desejava que Castelo Branco promovesse a justiça social e o bem-estar do povo, defendesse a soberania nacional. “...sentindo que Vossa Excelência terá constante apoio moral e leal cooperação cristãos evangélicos”, finaliza a nota.

A postura oficial da Igreja Metodista de não se envolver diretamente com as crises ocasionadas a partir do golpe civil-militar, foi duramente criticada pelo grupo que compreendia a salvação total do homem, como explica Reily (1993, p.341). “A juventude universitária e os acadêmicos de teologia pleiteavam uma Igreja mais voltada para a ação social e a política, e exigiam as mudanças estruturais necessárias para tanto”.

Um marco deste movimento se deu no VI Congresso Geral da Mocidade Metodista, que ocorreu em Piracicaba/SP, de 7 a 12 de julho de 1964. O evento teve como tema: “Para mim viver é Cristo” e teve como preletor Almir dos Santos, secretário geral de Ação Social da Igreja Metodista na época. Ele incitou os jovens a viverem “como revolucionários e participassem da transformação da Igreja para que ela se envolvesse na transformação da sociedade”, conta Jorge Sampaio (1998, p. 37).

Nossa identificação com a humanidade, em seus problemas, em suas lutas, em suas angústias é o primeiro passo decisivo na expressão “PARA MIM VIVER É CRISTO”. Uma Igreja alienada da realidade presente é uma Igreja que nega a ser o sal e a luz do mundo. Os membros da Igreja não devem ter medo de conspurcar-se, pois o Senhor Jesus não deu tal exemplo (SANTOS, 1964, p.19).

O discurso situado poucos meses após o golpe militar é significativo. Os jovens foram motivados a caminhar na contramão do discurso teológico predominante na Igreja Metodista da época. A proposta defendida no evento e que passou a ocupar um clamor na mocidade requeria ações concretas da igreja na sociedade. A missão não estaria apenas em levar a salvação para a alma, mas incluía dar respostas às necessidades materiais das pessoas. Tal concepção teológica criticava a maneira como a Igreja pautava suas ações evangelísticas na época.

Na edição de 15 de janeiro de 1965 do Expositor Cristão, Almir dos Santos escreve: “Vamos salvar almas, mas vamos salvar corpos também. Aliás, a distinção entre corpo e alma não é bíblica nem cristã, mas pagã”. Tais afirmações revelam como as divergências teológicas entre *salvação da alma* e *salvação do homem total* estavam presentes na Igreja.

O movimento ecumênico e as reações da juventude foram interpretados como subversivos pela liderança da Igreja Metodista. Essa divergência ideológica repercutiu no Expositor Cristão, que foi utilizado como um importante veículo para difundir o discurso anticomunista dominante. Em julho de 1964, três meses após do golpe, um novo editor assumiu o comando do jornal: o Rev. José Sucasas, que atuou como informante do DOPS<sup>8</sup> a partir de 1969<sup>9</sup>.

### **3. Crise na Igreja Metodista em 1968**

As divergências teológicas e ideológicas presentes na Igreja Metodista se tornavam cada vez mais acirradas. “Inaugurava-se, assim, a passagem do ‘diálogo’ para a ‘oposição’ à juventude, nos mesmos moldes que o regime militar se opunha à juventude universitária brasileira” (SAMPAIO, 1998, p. 56).

O ápice da crise ocorreu com o fechamento da Faculdade de Teologia em São Bernardo do Campo/SP, em 1968. As causas são diversas. Em 1967, as relações já

---

<sup>8</sup> “DOPS” significa Departamento de Ordem Política e Social, criado pelos militares para manter o controle do cidadão e vigiar as manifestações políticas na ditadura.

<sup>9</sup> No Diário do Bispo Isaías Sucasas, irmão do Rev. José Sucasas, há mais informações sobre a atuação dos irmãos como informantes do DOPS.

estavam estremecidas, mas ficaram ainda piores quando os formandos convidaram o arcebispo de Olinda/PE Dom Helder Câmara, grande defensor dos direitos humanos no regime militar, para ser o paraninfo da turma.

A decisão gerou posicionamentos favoráveis e muitos contrários dentro da Igreja por se tratar do ano do centenário ininterrupto do metodismo no Brasil. Na edição de janeiro de 1968, o Expositor Cristão publicou alguns comentários de pessoas desapontadas: “Aberrante convite! Como a heresia está sorratamente predominando nos arraiais do metodismo” (GUTER, 1968, p.10)

Os conflitos também se acirraram com as denúncias de que o Centro Acadêmico da Faculdade de Teologia estava ligado a União Estadual dos Estudantes (UEE), de São Paulo, vinculada à União Nacional dos Estudantes (UNE), que havia sido colocada na ilegalidade pelo governo militar.

As denúncias foram feitas pelo Gabinete Episcopal da V Região Eclesiástica e pelo plenário do Concílio Regional da II Região Eclesiástica. Os documentos também alegavam quebra de costumes metodistas por parte dos alunos, a preocupação com o tipo de ensino que era ministrado pelos professores, participação dos alunos em atividades estranhas ao currículo da Faculdade e atitudes irreverentes dos seminaristas durante os concílios regionais (SCHMIDT, 2008, p.83).

O clima entre os alunos, professores e a diretoria não era estável. Tanto que os estudantes resolveram fazer uma greve contra a centralização de autoridade e acúmulo de funções pela reitoria, inadequação do currículo para o ministério, pressão sobre o corpo docente, contratação de empregados desqualificados e até o descumprimento do cardápio do restaurante (SAMPAIO, 1998, p.129).

Enquanto esperavam a solução da crise, os alunos tomaram outra atitude que colaborava para o seu agravamento. Por ocasião das comemorações do Dia do Seminarista, 1º de maio, elaboraram um documento aberto de solidariedade ao Dia do Trabalhador, comemorado na mesma data. Com isso, substituíram a tradição de comemorar a data com atividades festivas em nível interno da Igreja por um ato de protesto político (SAMPAIO, 1998, p.130).

Os estudantes acreditavam que com a greve seriam ouvidos e suas propostas para a igreja tomariam novas proporções. No entanto, a postura dos alunos foi vista como ultraje e o Conselho Diretor da instituição decidiu suspender as aulas a partir de 8 de maio. As dependências deveriam ser fechadas e os alunos voltariam às suas regiões de origem.

A edição de 15 de maio de 1968 do jornal *Expositor Cristão* publicou uma nota do Conselho Diretor anunciando a decisão. Pelo documento, os metodistas foram informados que uma reunião com todo o Conselho Diretor, bispos e secretários regionais de educação cristã seria realizada para tratar sobre o problema.

No jornal de 1º de junho de 1968 há outra notificação assinada pelo presidente do Conselho Diretor José Nicolau Lemos, anunciando a reabertura das aulas a partir do dia 6 de junho. A decisão durou pouco. A situação tomou proporções ainda mais graves quando o Gabinete Geral da Igreja Metodista resolveu intervir. Em reunião nos dias 18 a 22 de junho a liderança terminou a interrupção de todas as atividades da Faculdade.

Na mesma edição do *Expositor Cristão* de 1º de junho de 1968 o Gabinete Geral informou os metodistas que a decisão final era pelo fechamento da Faculdade até o final do ano letivo. Foi suspensa toda a estrutura administrativa, professores e funcionários foram demitidos e os seminaristas retornaram às suas regiões de origem.

O texto não veio acompanhado de mais informações sobre o ocorrido. Apenas na edição seguinte, de 15 de junho de 1968, o *Expositor Cristão* publicou mais detalhes, por meio de um pronunciamento oficial do Gabinete Geral da Igreja. A sindicância instalada para apurar os fatos confirmou as denúncias contra os estudantes. “A Comissão de Sindicância verifica a procedência de muitas das referências feitas relativas ao uso de bebidas alcoólicas, de fumo, dança, e irreverência para com doutrinas e práticas cristãs” (PINHEIROS; BETTS, 1968, p. 8).

O fechamento da Faculdade de Teologia foi o ponto alto da crise da Igreja Metodista na década de sessenta. A queda de braço entre as diferentes posturas teológicas e ideológicas tinha íntima relação com o cenário político brasileiro. Como era de se esperar, a decisão do Gabinete Geral gerou reações favoráveis e contrárias e culminaram na realização do II Concílio Geral Extraordinário entre 6 e 8 de setembro de

1968 em Piracicaba/SP. O conclave seria uma oportunidade de pôr fim à crise, porém, não foi o que aconteceu: a liderança da Igreja Metodista se posicionou em apoio ao regime civil-militar.

Mesmo com tentativas de diálogo, o poder que propagava as ideias hegemônicas da salvação prioritária da alma e o combate aos ideais comunistas predominou. Nota-se uma estrutura de sentimento emergente brutalmente sufocada na história da Igreja Metodista.

O II Concílio Extraordinário marcou o início do processo de perseguição acirrada e de ameaças. O jornal Expositor Cristão de 15 de outubro de 1968 publicou um documento da juventude metodista ao conclave da Igreja Metodista daquele ano. O texto revela insatisfação com as medidas adotadas pela denominação.

Sentimos profundamente, hoje, que o “clamor da juventude” só pode ser entendido em termos de sua luta pelo amor e pela justiça – amor e justiça colocados na prática, no dia-a-dia da vida da Igreja. [...] aí está a missão e a juventude está interessada em unir-se a sua comunidade para este encontro com o homem brasileiro para essa luta, para esse seguimento autêntico do trabalho de Nosso Senhor Jesus Cristo (PADILHA; MENEGHETTI; FIGUEIREDO; FRÓES; ALVES; 1968, p. 4).

Assim como ocorreu na sociedade brasileira, as utopias da juventude metodista foram interrompidas pela força. Alguns dos jovens que assinaram o documento acima foram presos e torturados. Muitas atrocidades cometidas na época foram apuradas pelo Grupo de Trabalho “O Papel das Igrejas durante a Ditadura” no relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

O texto intitulado: *violações de direitos humanos nas igrejas cristãs*, apresenta diversas informações e relatos detalhados de violência contra católicos e protestantes durante o regime. O documento aponta nomes de 11 pessoas, membros da Igreja Metodista em diferentes cidades do Brasil, presos durante a ditadura. A maioria sofreu tortura. “Fiquei nua no pau de arara, levei choque na vagina”, relata Ana Maria Ramos Estevão que, na época, era líder de jovens metodistas em São Paulo (Relatório CNV, 2014, p.182).

A Igreja Metodista teve clérigos e leigos como vítimas do regime. “Adahyr Cruz e Onésimo de Oliveira, estudantes de Teologia da Igreja Metodista, presos por um dia, pelo DOPS<sup>10</sup>, em São Paulo, em 1966, depois de participarem de uma passeata contra a proposta de reforma universitária”, revela o relatório (2014, p.179).

O metodista Derly José de Carvalho, envolvido na direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo/SP, foi preso em maio de 1969, quando, segundo o relatório sofreu tortura. Outro jovem metodista Renato Godinho Navarro, foi preso no mesmo ano em Belo Horizonte, cumpriu pena no quartel do Exército no Forte Barbalho, Salvador/BA, onde foi torturado na fase inicial.

Outro caso de prisão e tortura ocorreu com o jovem Anivaldo Pereira Padilha, que atuava no movimento de juventude da Igreja Metodista e ecumênico nos anos 1960. Porém, este caso merece maior atenção, pois houve, segundo o relatório, delação por parte dos irmãos – Rev. José Sucasas (redator do Expositor Cristão na década de 1960) e Bispo metodista Isaías Sucasas (28 de agosto de 1969).

A prisão ocorreu alguns meses depois de um exemplar do jornal Unidade III da Federação dos Jovens Metodistas de São Paulo, editado por Anivaldo Padilha, ter sido encaminhado ao DOPS pelos informantes. [...] O jornal continha críticas à direção da Igreja Metodista e artigos avaliativos da situação da Igreja e dos jovens (Relatório CNV, 2014, p.181).

O jornal Unidade III também continha artigos e notícias censuradas no Expositor Cristão. Algumas páginas da edição encaminhada ao DOPS contêm anotações feitas à mão como: “É preciso apertar os jovens que respondem por este jornal e exigir a documentação de seu registro por que é de âmbito nacional e subversivo”<sup>11</sup>. Anivaldo Padilha e outros metodistas membros da Igreja Metodista Central em São Paulo foram presos e torturados pela Operação Bandeirantes (Oban).

A Comissão Nacional da Verdade também apurou o número de protestantes entre os mortos ou desaparecidos por conta das ações dos órgãos de repressão do regime militar. São sete, entre eles, quatro metodistas: os irmãos desaparecidos Daniel José de

---

<sup>10</sup> DOPS significa Departamento de Ordem Política e Social, criado para manter o controle do cidadão e vigiar as manifestações políticas durante a ditadura.

<sup>11</sup> Unidade III, novembro 1968. Cópia parcial pertencente ao arquivo pessoal de Anivaldo Padilha.

Carvalho, 28 anos e Joel José de Carvalho, 26, Heleny Telles Ferreira Guariba, 30, desaparecida e Devanir José de Carvalho, morto aos 28 anos.

Quatro metodistas foram exilados: Ana Maria Ramos Estevão (1973, França), Anivaldo Pereira Padilha (1971, Chile, EUA e Suíça), Claudius Ceccon (1970, Suíça) e Domingos Alves de Lima (1970, Chile e Canadá).

A crise deixou marcas profundas na Igreja Metodista e repercutiu nos anos posteriores. “A juventude da igreja foi proibida de ser organizar como federação, dado o receio de novos tumultos. Mesmo os discursos de envolvimento social da igreja arrefeceram”, conta Vasni (2014, p.67).

### **Considerações Finais**

Diante dos ditos e não-ditos do jornal Expositor Cristão fica clara a opção de apoio ao regime civil-militar. Tal análise exige uma compreensão do contexto histórico e teológico em que a Igreja estava inserida, pois aponta para uma herança pietista focada em uma religiosidade voltada para a dimensão transcendental. Ou seja, havia um estímulo ao descompromisso com as questões terrenas – causas políticas, sociais e econômicas, pois a missão consistia em alcançar o céu e a salvação pós-morte.

Este pensamento teológico aliado ao esforço anticomunista e a obediência a autoridade instituída corroborou para que Igrejas Católicas e Protestantes atuassem de forma conivente com a violência, prisões, torturas, mortes, desaparecimentos e exílios, violando os direitos humanos daqueles que se posicionassem contrariamente ao regime.

A configuração deste contexto cria um pano de fundo importante para a compreensão dos ditos e não-ditos do jornal Expositor Cristão durante a ditadura militar. O silêncio não demonstra, portanto, um desconhecimento dos fatos, mas consiste em uma opção de não dizer determinadas informações. Conforme explica Orlandi (2007, p.265) o silêncio limita o quadro discursivo e, conseqüentemente, o entendimento do leitor. Trata-se, em alguns casos, de recursos utilizados conscientemente para legitimar posicionamentos ideológicos.

O caso do jornal Expositor Cristão chama a atenção após as revelações da Comissão Nacional da Verdade. Além das prisões, torturas e violência contra metodistas, o relatório revela a convivência de líderes metodistas com o regime. O pastor metodista José Sucasas Jr., que foi redator do Expositor Cristão na década de 1960, e o bispo metodista Isaías Sucasas, acusaram e delataram jovens da Igreja aos militares.

A relação da cúpula da Igreja Metodista, que controlava a linha editorial do Expositor Cristão, com o governo militar traz luz ao silenciamento nas páginas do periódico. O não-dito relaciona-se ao discurso que encontra sentido no movimento da história e revela-se além da linguagem.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Vasni de. **Metodistas e Ditadura Militar no Brasil**: Silêncios, Contestação, Ensino. In Mnemosine – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG. Campina Grande: PPGH, 2014. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~historia/mnemosinerevista/Revistas/Vol%205%20Num%20Especial%20-%202014.pdf> Acesso em: 26 ago.2015.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**: textos temáticos. Vol. 2. Brasília: CNV, 2014. Disponível em <[http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_2\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf)>. Acesso em 27 jul. 2016.
- CUNHA, Magali do Nascimento. **Mídia, religião e a ditadura civil-militar no Brasil**. In: Simpósio Internacional Comunicação e Cultura: Aproximações com Memória e História Oral, 2015, São Caetano do Sul-SP. **Anais eletrônicos**. São Caetano do Sul: USCS, 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BzFGX0dUJrfcTVV1Qk9JTHNKSDA/view>>. Acesso em 27 jul. 2016.
- EXPOSITOR CRISTÃO. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1964;1968. Formação do Regime Militar. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/formacao-regime-militar/> Acesso em: 26 jun.2016
- GUTER, Guilherme. **Dom Helder é o assunto**. Expositor Cristão, São Paulo, p. 10, .01 e 15 jan. 1968
- ORLANDI, Eni **Análise de Discurso**: Princípios & Procedimentos. 10 Ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2012.
- \_\_\_\_\_. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2007.
- \_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. Campinas-SP: Pontes. 1987.

PADILHA; MENEGHETTI; FIGUEIREDO; FRÓES; ALVES. **À Igreja Metodista do Brasil.** Expositor Cristão, São Paulo, p. 4, 15 out. 1968.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução: Eni Orlandi – 6ª Edição, Campinas-SP, Pontes Editores, 2012.

\_\_\_\_\_. **Análise automática do discurso.** In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pecheux.* 3ª Ed. Campinas-SP: Editora Unicamp, 1997.

PINHEIROS; BETTS. **Gabinete Geral da Igreja Metodista no Brasil.** Expositor Cristão, São Paulo, p. 8, 15 jan. 1968.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

REILY, Duncan Alexander. **História documental do protestantismo no Brasil.** São Paulo: Aste, 1993.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas-SP: Editora Unicamp, 2007.

SANTOS, Almir dos. **Para mim viver é Cristo.** In: Cruz de Malta set-out. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1964.

VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.